

➤ **EMPREITADAS:**

9. EMPREITADA “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES” - 5ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO-ATUALIZAÇÃO: AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO/RATIFICAÇÃO DA SUPRESSÃO DE TRABALHOS. REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO AO EMPREITEIRO:

Da **DMOSM** submetendo à consideração do Executivo Municipal o processo mencionado em epígrafe, tendo em vista o seguinte:

a) – Proposta de autorização e aprovação/ratificação, pela Câmara Municipal, da supressão de trabalhos, no valor de 594,188,30€+IVA, resultante da atualização das medições efetuadas em obra;

b)- Proposta de revogação da decisão de aprovação da indemnização a pagar ao empreiteiro, no valor de 62.179,91€, deliberada pela Câmara Municipal em reunião de 15/12/2021.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Órgão competente: Câmara Municipal de Braga

Empreitada: “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES”

Assunto: 5ª Modificação objetiva do contrato - ATUALIZAÇÃO: Autorização e aprovação/ratificação da supressão de trabalhos. Revogação da decisão de aprovação de indemnização ao empreiteiro.

De acordo com a informação técnica do Gestor do Contrato e documentos que fazem parte integrante da mesma:

1- Propõe-se a **autorização e aprovação/ratificação**, pela Câmara Municipal, da supressão de trabalhos, no valor de **594.188,30€+ IVA**, resultante da atualização das medições efetuadas em obra;

2- Nos termos do artigo 381º do CCP, apurados pelo Gestor do Contrato os valores finais dos trabalhos efetivamente realizados (incluindo trabalhos complementares), verifica-se que os mesmos têm um valor inferior em menos de 20% do preço contratual, logo o empreiteiro **não tem** direito a indemnização.

Nestes termos, **propõe-se a revogação da decisão de aprovação da indemnização** a pagar ao empreiteiro, no valor de **62.179,91€**, deliberada pela Câmara Municipal na sua reunião de 15/12/2021.

26 de Abril de 2022

Anexo:

Informação técnica Gestor Contrato e documentos anexos

Deliberação da Câmara Municipal de 15/12/2021 – processo de aprovação da 5ª MOC



BRAGA
Município

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EMPREITADAS

Data: 22/04/2022

Assunto: 5.ª Modificação objetiva do contrato/ATUALIZAÇÃO. Trabalhos a menos. Ordem de supressão de trabalhos. Justificação, fundamentação e aprovação.

Empreitada: INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES (REF. CPE.4.19.DMOSM)

Empreiteiro: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A

N.º do processo de visto que integra o contrato de empreitada: 1434/2020.

Data da celebração do contrato: 24/03/2020.

Valor do contrato (sem IVA): 2.649.787,52€.

Valor efetivo/real do contrato (sem IVA): **2.031.840,02€** (valor anterior 2.027.988,39€).

Na sequência dos últimos autos de medição processados relativos aos meses de fevereiro e abril, referente a determinadas rubricas ainda por realizar/executar, e, no seguimento de novas medições aferidas conjuntamente com a Direção de Fiscalização e Direção de Obra, foram revistos/atualizados valores/quantidades de rubricas efetivamente a suprimir ou suprimidas. Assim, com a presente informação entende-se que a mesma deve ser ratificada pelo órgão competente, de acordo com os valores aqui revistos, especificando-se os trabalhos a menos efetivos para ratificação, resultando na **5.ª modificação objetiva do presente contrato de empreitada – REVISÃO/ATUALIZAÇÃO da informação n.º 78924, de 09/12/2021; deliberação da câmara municipal de 15/12/2021** (em anexo suporte físico).

Em suma,

Valor total dos trabalhos a suprimir: **617.947,50€ s/ IVA** (valor anterior 621.799,13€);



SUPRESSÃO DE TRABALHOS (ver anexo B – REVISÃO/ATUALIZAÇÃO)		
Código dos Contratos Públicos (CCP)	- Artigo 379.º, n.ºs 1 e 2 - Artigo 381.º, n.ºs 1 e 2 Preço contratual, PC = 2.649.787,52€ Preço contratual (corrigido), PCc = 2.031.840,02€	Valor dos trabalhos a menos – Tm, sem IVA (€)
Tm1	Valor dos trabalhos suprimidos (€): Supressão dos trabalhos descritos no artigo I.5, Papeleiras, no capítulo I. Mobiliário Urbano, na sequência de uma instrução superior à Direção de Fiscalização, uma vez que existe um protocolo/acordo com a entidade AGERE para a sua colocação uniformizando com os atualmente utilizados. Supressão aprovada na 1.ª modificação objetiva do contrato de 15/01/2021.	23.759,20€
Tm2	Supressão de todos os trabalhos resultantes do auto de suspensão parcial de 02/06/2021 e que condicionaram a prossecução de parte da Fase IV (sua conclusão) e toda a Fase V.	594.188,30€
Tm Total	Valor total dos trabalhos suprimidos/trabalhos a menos (€). (Valor anterior, 621.799,13€).	617.947,50€
Condição: Artigo 381.º, n.º1	Os trabalhos efetivamente executados (Ve = 2.269.193,36€) têm um valor inferior em menos de 20% do preço contratual, logo <u>o empreiteiro não tem direito a indemnização</u> (Valor contratual, Vc = 2.649.787,52€).	14,36%

A - Justificação da supressão dos trabalhos contratualizados, Tm2:

1. No âmbito da presente empreitada e após se ter constatado a existência de rubricas já esgotadas e essenciais para a prossecução da empreitada, associado ainda ao facto de não ser possível o total suprimento dos trabalhos reclamados essenciais para conclusão da obra, em sede de erros e omissões, pela condição legalmente imposta ter sido atingida (10% do valor dos trabalhos contratualizados, artigo 370.º/2/b), a empreitada foi suspensa até à sua resolução e adjudicação (auto de suspensão em anexo). Ou seja, estes trabalhos no âmbito do dossiê de erros e omissões que permitiriam dar continuidade à empreitada, seriam submetidos a um procedimento concursal autónomo. Esclarece-se igualmente que, as rubricas constantes do articulado proposto para 4.º adicional, já autorizado e aprovado, permitiram executar a empreitada até à rotunda do "Lidl/MediaMarkt", incluindo passadeira, Fase 4 (conforme desenho anexo ao auto de suspensão dos trabalhos), tendo havido o cuidado de compatibilização com o desenho atualmente existente, após reconfiguração e conclusão total daquela rotunda. Ou seja, evitou-se, assim, o "espalhamento de obra" desnecessário dos trabalhos possíveis de execução ainda na fase 4 e 5, porque ainda não esgotados no articulado contratual, mas que poderiam constituir um risco para a segurança dos utentes, não sendo por isso mesmo do interesse público, já que não seriam possíveis



de serem concluídos pela interdependência de outros omissos (daí o procedimento autónomo proposto no auto de suspensão de trabalhos). São exatamente estes trabalhos que superiormente foi entendido proceder-se à respetiva supressão por dificuldade futura na sua operacionalização (em anexo comunicações via e-mail de instrução de supressão de trabalhos), bem como, evitar o prolongamento por período indefinido de uma suspensão de trabalhos e respetiva indemnização associada.

B - Identificação dos trabalhos a suprimir e respetiva fundamentação nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP):

2. Adiante descrevem-se e identificam-se os trabalhos a suprimir (ver anexo B – Revisão/Atualização):
 - a) **Tm1**, correspondendo aos trabalhos descritos no artigo I.5, Papeleiras, no capítulo I. Mobiliário Urbano, na sequência de uma instrução superior à Direção de Fiscalização, uma vez que existe um protocolo/acordo com a entidade AGERE para a sua colocação uniformizando com os atualmente utilizados. **Supressão aprovada na 1.ª modificação objetiva do contrato de 15/01/2021**. Valor a suprimir de acordo com as quantidades identificadas no articulado em anexo, **23.759,20€**.
 - b) **Tm2**, correspondendo **todos os restantes trabalhos** resultantes do auto de suspensão parcial de 02/06/2021 e que condicionaram a prossecução de parte da Fase IV (sua conclusão) e toda a Fase V. Valor a suprimir de acordo com as quantidades identificadas no articulado em anexo, **594.188,30€** (valor anterior, **598.039,93€**).
3. Fundamentos legais, artigo 379.º/ 1/ 2 e artigo 381.º/1. Os trabalhos efetivamente executados, incluindo os adicionais (Ve=2.269.193,36€), têm um valor inferior em menos de 20% do preço contratual (Vc = 2.649.787,52€). Logo, **o empreiteiro não terá direito a indemnização.**

C - Aprovação dos trabalhos a suprimir e emissão de ordem ao empreiteiro:

4. **Caso os mesmos sejam autorizados e aprovados/ratificados pelo dono da obra,** deverá o empreiteiro ser notificado da atualização para respetiva formalização contratual, especificando os trabalhos a menos conforme anexo.